LEVANTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Oi gente, eu sou a Aqualtune! Recebi esse nome em homenagem à princesa africana que lutou e resistiu em defesa do seu povo.

Ela é a minha grande inspiração. Por isso, hoje eu tô aqui para descobrir com vocês políticas públicas existentes e que têm relevância para as comunidades quilombolas.

Vem comigo?

Aqualtune Ezgondidu Mahamud da Silva Santos foi uma Princesa Africana do Congo que liderou diversas batalhas em defesa de seu povo e contra a invasão dos portugueses. Diante da derrota, Alqualtune foi vendida para ser escravizada no Brasil.

Ela, no entanto, continuou a exercer sua liderança e a lutar bravamente pela liberdade, unindo-se a outros irmãos e irmãs na luta contra a escravidão, tendo o Quilombo de Palmares como espaço de organização social, exercício de sua cultura e modo de viver, resistência e enfrentamento. Alquatune foi e sempre será um símbolo de resistência para as comunidades quilombolas do Brasil.

Primeiro, vamos organizar as políticas em **4 EIXOS** estruturados pelo Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, para coordenar as ações do poder público junto às comunidades.

Depois, vamos especificar a **ÁREA** que cada política pública pertence. Observe o exemplo a seguir e depois conheça cada **EIXO!**

Política Pública: Selo de produtos de origem quilombola.
Eixo: Direitos e Cidadania.
Área: Segurança Alimentar.

EIXO 1 - ACESSO À TERRA

Execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

Consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social.

EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades.

EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

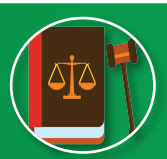
Fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

Agora, vamos descobrir quais são as políticas públicas do Brasil!

Vamos nessa?!

BRASIL

BRASIL



Constituição Federal
1988

1988

DIREITOS - TERRA

Art. 215 ①
Garantia do pleno exercício de direitos culturais / Direito à valorização e à difusão das manifestações culturais

Art. 216
Reconhecimento dos quilombos como patrimônio cultural brasileiro

Art. 68
Atos e Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)
Direito à propriedade coletiva dos territórios quilombolas

DIREITOS

Convenção nº 169 da OIT

2003

Portaria Normativa nº 21/2013

2013

2003

EDUCAÇÃO

Lei nº 10639/2003
Obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino

① A CF foi o 1° marco normativo a considerar quilombolas como sujeitos de direitos, assegurando direitos fundamentais que perpassam todos os Eixos do Programa Brasil Quilombola. Vale reforçar, a relevância do direito à terra, previsto no Artigo 68 (ADCT).

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

DIREITOS

Lei nº 10678/2003
Criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

2003

Lei nº 12228/2010

2010

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Lei nº 10700/2003
Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica

2003

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

2003

Lei nº 10696/2003
Repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural

Lei nº 11326/2006

2006

Lei nº 12512/2011

2011

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

TERRA

Decreto nº 4887/2003

Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Instrução Normativa nº 57/2009

2009

2003

IGUALDADE RACIAL

Decreto nº 4886/2003

Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR

Lei nº 12228/2010

2010

2003

2006

MEIO AMBIENTE

Decreto nº 5758/2006

Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP

Eixos

EIXO 1 - ACESSO À TERRA

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

2003
- Lei nº 10696/2003

2006
- SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR
- Lei nº 11326/2006 — Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

2011
- Lei nº 12512/2011

2012
- Decreto nº 7775/2012
- Decreto nº 7794/2012

2013
- Portaria nº 90/2013

2017
- Portaria nº 234/2017

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

2006

Lei nº 11346/2006
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN

Decreto 7272/2010

2010

SANEAMENTO

2007

Lei nº 11445/2007
Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico

Portaria nº 3174/2019

2019

TERRA

2007

Lei nº 11481/2007
Vedação à inscrição de ocupações em áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos

DIREITOS

2007

Decreto nº 6040/2007
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

PARTICIPAÇÃO

Decreto nº 6261/2007
Gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola

2007

2007

DIREITOS

Portaria Interna nº 98/2007
(Fundação Cultural Palmares)
Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares

2009

INFRAESTRUTURA

Lei nº 11977/2009
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

Lei nº 14118/2021

2021

2009

IGUALDADE RACIAL

Decreto nº 6872/2009
Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR

Lei nº 12288/2010

2010

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Lei nº 11947/2009

Insere Quilombolas entre os grupos prioritários para aquisição de produtos da agricultura familiar no PNAE

2009

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Resolução/CD/FNDE nº 38/2009

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

2009

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Resolução/CD/FNDE nº 67/2009

Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE

2003

Decreto 4887/2003

2003

2009

TERRA

Instrução Normativa nº 57/2009

Procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos

Eixos

EIXO 1 - ACESSO À TERRA

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

INFRAESTRUTURA

Lei nº 12212/2010
Tarifa Social de Energia Elétrica

2011

Decreto nº 7583/2011

2010

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Lei nº 12288/2010
Estatuto da Igualdade Racial

2010

2010

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Lei nº 12188/2010
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER

Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER

Eixos

EIXO 1 - ACESSO À TERRA

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

EDUCAÇÃO

Decreto nº 7352/2010
Política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA

2010

Resolução nº 8/2012

2012

TERRA

Decreto nº 4887/2003

2003

Norma de Execução Conjunta nº 3/2010
Estabelece procedimentos, visando à regularização de territórios quilombolas, para:
- edição de decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por comunidades quilombolas e
- desintrusão de ocupantes não quilombolas

2010

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

2010

Lei nº 11346/2006

2006

Decreto nº 7272/2010
Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

Cria a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

MEIO AMBIENTE
SEGURANÇA ALIMENTAR
AGRICULTURA FAMILIAR

Lei nº 12512/2011
Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Inclusão dos quilombolas como beneficiários da Política Nacional de Agricultura Familiar

Cria o Programa de Aquisição de alimentos

2011

Lei nº 11326/2006

2006

Lei n° 10696/2003

2003

Decreto n° 7775/2012

2012

2011

EDUCAÇÃO

Lei nº 12513/2011
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

2011

INFRAESTRUTURA

Decreto nº 7520/2011
Programa Luz para Todos

Eixos

EIXO 1 - ACESSO À TERRA

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

SANEAMENTO

Decreto nº 7535 /2011
Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água "Água para Todos"

2011

Lei nº 10696/2003

2003

2011

INFRAESTRUTURA

Decreto nº 7583/2011
Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Lei nº 12212/2010

2010

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Decreto nº 7775/2012
Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Lei nº 12512/2011

2011

2012

Lei nº 11326/2006

2006

2012

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Decreto nº 7794/2012
Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

EDUCAÇÃO

Resolução nº 8/2012
Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica

Decreto nº 7352/2010

2010

Lei nº 13005/2014

2014

EDUCAÇÃO

Portaria nº 389/2013
Cria o Programa Bolsa Permanência conforme previsto na Lei nº 12801/2013

2012

2013

EDUCAÇÃO

Portaria Normativa nº 21/2013
(Ministério da Educação)
Inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo nos programas e ações do Ministério da Educação

2013

Lei nº 10639/2003

2003

Lei nº 12288/2010

2010

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

MEIO AMBIENTE

Lei nº 12512/2011

2011

Lei n° 12854/2013

Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas

2013

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Portaria nº 90/ 2013

Acesso à DAP por integrantes comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares

Lei nº 11326/2006

2006

2013

Decreto nº 9606/2018

2018

2013

SANEAMENTO

Lei nº 12873/2013

Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

PARTICIPAÇÃO

Portaria nº 397/2014
Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola com a finalidade de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil.

Decreto nº 4887/2003

2003

EDUCAÇÃO

Lei nº 13005/2014
Plano Nacional de Educação - PNE

2014

TERRA

Lei nº 13043/2014
(Altera a Lei n° 9393/1996)
Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR

2014

Decreto nº 4887/2003

2003

2014

Resolução nº 8/2012

2012

2015

EDUCAÇÃO

Resolução Nº 2/2015
Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

2006

Lei nº 11326/2006

2016

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Portaria nº 175/2016
Reconhece os agricultores familiares remanescentes de quilombos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária- PNRA e dá outras providências

2017

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Portaria nº 234/2017
Condições e procedimentos gerais para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP

2013

Lei nº 12873/2013

2018

SANEAMENTO

Decreto nº 9606/2018
Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

2007

Lei nº 11445/2007

SANEAMENTO

Portaria nº 3174/2019 (2)
Programa Nacional de Saneamento Rural

2019

2019

DIREITOS

Decreto nº 10088/2019
Consolida convenções e recomendações da OIT, entre elas, a Convenção nº 169

2003

Convenção nº 169/2003

2019

SEGURANÇA ALIMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

Portaria nº 121/2019
Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade

Visa a promoção e estruturação dos sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade e do extrativismo

(2) Apenas menciona a criação do Plano e estabelece que a Fundação Nacional de Saúde será responsável pela implementação e apresentação de proposta de colegiado para execução. Portanto, ainda está muito superficial, o que torna o Plano inefetivo neste momento.

Eixos

EIXO 1 - ACESSO À TERRA

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

BRASIL

2009

INFRAESTRUTURA

Lei nº 11977/2009

2020

SAÚDE

Lei nº 14021/2020

Medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública

2021

INFRAESTRUTURA

Lei nº 14118/2021 (3)

Programa Casa Verde e Amarela

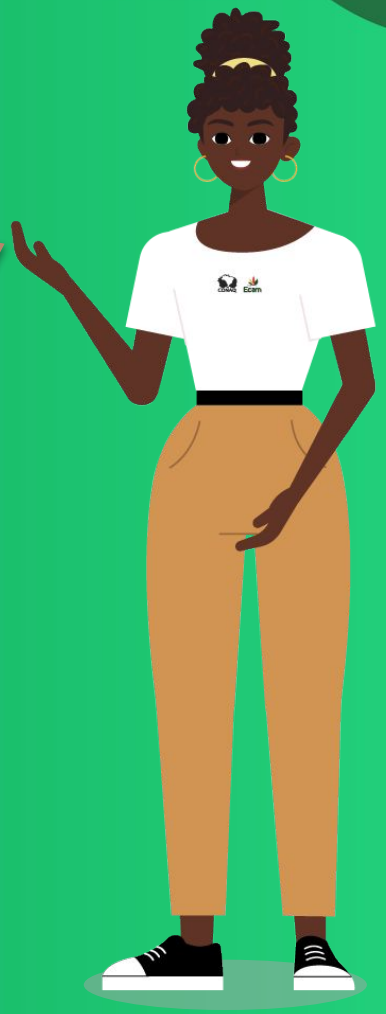
(3) É considerado o sucessor do Programa Minha Casa/Minha Vida. Excluiu a faixa 1 que beneficiava o público com renda inferior a R$1800,00 reais, com financiamento sem juros. Era a linha que abarcava quase a totalidade do público quilombola.

Eixos

- EIXO 1 - ACESSO À TERRA
- EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA
- EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

Juntos, descobrimos quais são as principais políticas públicas relevantes para as comunidades quilombolas em nível Federal. Estas políticas estão nos diferentes eixos propostos pelo Programa Brasil Quilombola, que envolvem ações sobre Direitos, Cidadania, Terra, Produção, Infraestrutura, Saúde, Educação, Igualdade Racial, entre outras.
Sabemos que com a nossa luta e resistência, enquanto povo quilombola, conquistamos direitos, mas ainda temos muito o que reivindicar!
NENHUM QUILOMBO A MENOS, NENHUM DIREITO A MENOS!



Eixos

EIXO 1 - ACESSO À TERRA

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA

EIXO 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

EIXO 4 - DIREITOS E CIDADANIA

Temáticas relacionadas

Estes foram os conteúdos relevantes encontrados por Eixos

Acesso à Terra

- Procedimento para **REGULARIZAÇÃO** dos territórios
- **ISENÇÃO** de pagamento de **ITR** em territórios titulados
- **PROIBIÇÃO** de inscrição de ocupações de **TERCEIROS** em ocupações de terceiros em áreas ocupadas por quilombolas
- Criação da **MESA NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA QUILOMBOLA**

Infraestrutura e Qualidade de Vida

- **SANEAMENTO**, com destaque para o Programa Cisternas
- **HABITAÇÃO** Rural
- Acesso ao **ENSINO TÉCNICO** e **EMPREGO**
- Acesso à **ÁGUA**
- Acesso à **ENERGIA ELÉTRICA** com tarifa reduzida
- **SAÚDE**, especificamente relacionada à prevenção ao contágio por **COVID-19**

Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local

- Quilombolas como beneficiários do Programa Nacional da Agricultura Familiar (**PRONAF**) e do Programa Nacional de Reforma Agrária (**PNRA**).
- Acesso à **DAP**, independente de título de propriedade;
- Acesso à **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** e **EXTENSÃO RURAL**
- Incentivo à comercialização de produtos no âmbito do **PNAE** e **PAA**
- Acesso à **CRÉDITO** e o **SEGURO** Safra
- Consideração dos quilombolas como **GRUPO PRIORITÁRIO** no processo de compras institucionais do **PNAE**

Direitos e Cidadania

- Consideração dos **TERRITÓRIO QUILOMBOLAS** enquanto **ÁREAS PROTEGIDAS**
- **ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL** trazendo a perspectiva de uma abordagem temática; sistêmica que envolve a promoção de políticas de saúde, educação, fortalecimento cultural
- Instâncias de **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**, como o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Criação do **BOLSA PERMANÊNCIA**
- Inclusão de quilombolas nas políticas de educação do campo e, especificamente do **PRONERA**

VEJA ESSE MESMO LEVANTAMENTO REALIZADO EM ALGUNS ESTADOS

BAHIA

MARANHÃO

MATO GROSSO

MINAS GERAIS

PARAÍBA

TOCANTINS

Ei, obrigada por chegar até aqui!
Vimos que ainda temos um longo caminho pela frente e muitos direitos a reivindicar, mas o importante é que o primeiro passo você já deu: conhecer mais sobre o que seu país tem a oferecer e o que ainda precisa ser melhorado.
Ah, e se esse conteúdo foi relevante para você, não esqueça de compartilhar com seus amigos e a sua comunidade! Vamos levar informação para os nossos Quilombos!

REALIZAÇÃO

CONAQ

Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas

Projetos Sociais
Ecam